

Cadu Gomes/CB/16.11.05

Policiais confirmam pedidos a empresários

MÁRIO COELHO

DA EQUIPE DO CORREIO

Os pedidos de doações de materiais de limpeza, peças de carro, cachaças, perus, entre outros produtos, feitos por policiais militares, foram orientados pelo comando-geral da instituição. Quatro oficiais da Polícia Militar, em depoimento ontem no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), afirmaram que pediram os itens por ser "tradição" na PM e pela carência de recursos. "A prática como um todo é criminosa, é ilegal, é imoral. Isso é desvio da função policial", afirmou o promotor militar Mauro Faria de Lima, que tomou o depoimento dos policiais. Todos os depoentes se recusaram a conversar com o *Correio*.

Em seus depoimentos, os policiais admitiram ter assinado e enviado ofícios a estabelecimentos comerciais do Distrito Federal, fazendo os pedidos. Confirmaram também que receberam as doações de alguns dos comerciantes, mas negaram privilégio no policiamento ostensivo para quem "colaborou" com a PM. Um dos oficiais chegou a dizer que foi orientado pelo comando da Polícia Militar para "se virar". "Os depoimentos não trouxeram novidade para o caso. Todos admitiram a prática, mas negaram que tenha havido favorecimento a qualquer pessoa", completou Faria de Lima.

Ausências

Estava prevista a tomada de depoimento de sete PMs, todos oficiais. Compareceram ao MPDFT os tenente-coronéis Luiz Henrique Fonseca e Sebastião Davi Gouveia, o coronel Celso Deolindo e o major Carlos Armando Santos. Também haviam sido intimados o major José Jackson Tércio Torres e os coronéis Edson



TRÊS INTIMADOS NÃO PRESTARAM DEPOIMENTOS. MAURO DE LIMA PRETENDE DENUNCIAR PMs POR CINCO CRIMES

A PRÁTICA COMO UM TODO É CRIMINOSA, É ILEGAL, É IMORAL

Promotor militar Mauro Faria de Lima

Soares de Lima e Francisco Meireles Braga. Mas apenas um apresentou justificativa por não ter comparecido. José Jackson está na Bahia, freqüentando um curso de especialização policial. Já Soares de Lima e Braga não justificaram a ausência.

Mesmo assim, o promotor acredita que as investigações não serão prejudicadas. "Comecei a investigação pelos próprios envolvidos para que eles tivessem voz no processo. Se eles não vieram na próxima vez, vou continuar tocando o processo do mesmo jeito", explicou. Além da "caixinha da PM", Faria de Lima investiga as denúncias de irregularidades na fiscalização das vans do Sistema

de Transporte Público Alternativo de Condomínio (STPAC) por policiais militares. "Já tomei depoimento de motoristas e proprietários. Mas não conseguimos avançar no processo."

O promotor do Ministério Público pretende denunciar os PMs pelos crimes de concussão (exigir, para si ou para outro, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida), corrupção passiva (receber vantagem indevida) e improbidade administrativa (atos contra a administração pública). Os oficiais – inclusive os integrantes do Conselho de Disciplina – poderão responder por prevaricação (omis-

são de funcionário público que deixa de tomar providência que resulta das obrigações de seu cargo). Os comerciantes deverão ser denunciados por corrupção ativa (oferecer ou prometer dinheiro ou vantagem indevida para a prática, omissão ou retardamento de ato funcional).

A prática de pedir doações foi revelada em série de reportagens publicadas pelo *Correio* de 13 a 17 de novembro. No ano passado, o Conselho Permanente de Disciplina da Polícia Militar abriu processo para apurar uma denúncia contra o soldado Jayme Antônio e Silva, 36 anos, acusado de pedir dinheiro para comprar um botijão de gás para o posto policial da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga. Em sua defesa, ele alegou que, em 14 dos 16 anos de PM, sua única função era pedir dinheiro e produtos para a corporação. Além disso, anexou 71 ofícios assinados por comandantes de unidades com todos os pedidos de doações – inclusive de bebidas e comida para festas de fim de ano e de aniversário da instituição.